

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

A COPASA MG, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, Individuais e Consolidadas, em 17 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Demonstrações financeiras comparativas - 31 de dezembro de 2021

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram elaboradas nas mesmas bases e práticas descritas no parágrafo anterior, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis” (CPC 26), como explicado a seguir.

Em 31 de dezembro de 2021, devido à falta de cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados indicadores não financeiros (Ver Nota Explicativa 15.c) e em atendimento ao item 74 do CPC 26, a Companhia deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção do *waiver* (perdão) junto aos credores em março de 2022 (ver Nota Explicativa 15.c) e que essas dívidas da Companhia não se configuram como passivo exigível no

curto prazo, a referida reclassificação conforme o item 74 do CPC 26 consistiria em grave distorção do Balanço Patrimonial da Companhia.

O item 19 do referido CPC 26 menciona que se a Administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações financeiras estabelecido no CPC 00 – “Estrutura Conceitual para relatório financeiro” (CPC 00), a Companhia não deve aplicar esse requisito. A Administração entendeu que a referida reclassificação em 31 de dezembro de 2021 seria uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Financeiras, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conforme previsto no CPC 00 e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação.

Em atendimento ao item 20 do referido CPC 26, a Companhia informa que caso tivesse sido cumprido o requisito do item 74 do CPC 26, nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuando a referida reclassificação, o passivo circulante seria aumentado e o passivo não circulante reduzido em R\$1.933.212 na referida data.

A CVM, através de Ofício, solicitou à Companhia manifestação acerca da opinião modificada apontada em relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de setembro de 2022, em novo Ofício, a CVM comunicou que, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, o processo aberto solicitando esta manifestação foi arquivado.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento resíduos sólidos, no município de Varginha. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 21.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver vinte por cento ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

As contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode

designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para as contas a receber de clientes, conforme CPC 48 a Companhia realiza estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir do estudo, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia considera a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisitou os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia segue analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja “BBB” - ou superior, conforme padrão divulgado pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Ativos financeiros - Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPASA MG reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiros, por exemplo) ao término ou antes do término da data do Balanço, a Companhia avalia a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Contábeis, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que estes são considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 20. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Copasa Novo Plano - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 19.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado.

Em 2008, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, definindo os procedimentos para operacionalização.

O montante de PL a ser distribuído será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, é equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo

obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, em conformidade com a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17: Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Consolidação - Nota explicativa 3.2: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida e determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- (b) Reclassificação - Nota explicativa 3.4.3(b): determinação se a Companhia deve ou não reclassificar um passivo de não circulante para circulante;
- (c) Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.16: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.

- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.4.2: Mensuração de perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) Benefícios de planos de previdência complementar – Nota explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) Impostos – Nota explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- (f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo - Nota explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 640 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 309 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2022 (640 e 310, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, 19 concessões encontravam-se vencidas e 2 com contratos judicialmente nulos, representando, em conjunto, 3,8% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG aprovou em 06 de outubro de 2022, a alteração da data-base dos reajustes tarifários anuais da COPASA MG de 1º de agosto para 1º de janeiro, com compensação das perdas financeiras decorrentes dessa alteração, conforme previsto na Lei Estadual nº 18.309/2009.

A ARSAE-MG, através da Resolução ARSAE-MG173/2022, de 24 de novembro de 2022, autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de janeiro de 2023. O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes é de 15,70% (quinze inteiros e setenta centésimos por cento), por considerar também compensações relativas ao exercício anterior e outros componentes financeiros. A ARSAE MG manteve a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário sem qualquer diferenciação tarifária em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada usuário.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$872.921 na controladora (R\$733.328 em 31 de dezembro de 2021) e R\$889.897 no Consolidado (R\$752.253 em 31 de dezembro de 2021) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Ativos financeiros - contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	733.328	685.561	752.253	709.052
Transferência de (para) o intangível e imobilizado	83.661	(54.069)	81.301	(58.986)
Capitalização	56.624	102.298	57.035	102.649
Baixas	(700)	(509)	(700)	(509)
Outros	8	47	8	47
Saldo final	872.921	733.328	889.897	752.253

O novo Marco Legal

A Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, incentivou uma abertura de mercado à medida que com o encerramento dos contratos de concessão e programa, passa-se a ser exigida licitação pelo Poder Concedente. Além da inclusão do fator concorrencial, podemos dizer que outros principais pilares introduzidos pelo Novo Marco Legal foram:

- A instituição de metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033;
- Nacionalização da Regulação - competência para a ANA instituir normas de referência;
- Prestação regionalizada dos serviços.

Deste modo, a Lei 14.026/2020 trouxe uma série de obrigações vinculadas ao atendimento da universalização do saneamento, sob índices específicos, com abertura de mercado e data final de 31 de dezembro de 2033 para todas as companhias de saneamento no país e seus respectivos contratos.

Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas legais foram executados dentro do prazo final definido pela legislação. Foi reconhecida a comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia, conforme exigência do Decreto 10.710/2021.

Nesse sentido, a Administração da Companhia afirma que o Marco Legal não constitui fator de impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em caixa e bancos	19.679	29.789	19.949	30.056
Certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665
Total	1.091.080	1.279.469	1.122.299	1.309.721

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e debêntures compromissadas, títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 104,65% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (103,35% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

O CDI em 31 de dezembro de 2022 era de 13,65% a.a. (9,15% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 22.1(d)(ii).

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665
Novas aplicações	4.657.431	5.624.768	4.711.334	5.695.214
Rendimentos	86.368	47.839	90.626	49.279
Resgates	(4.922.078)	(5.182.839)	(4.979.275)	(5.243.493)
Em 31 de dezembro	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos até 30 dias	204.338	213.006	206.949	215.626
Vencidos de 31 até 60 dias	88.975	92.251	90.340	93.549
Vencidos de 61 até 90 dias	48.403	55.783	49.196	56.952
Vencidos de 91 até 180 dias	87.408	97.620	88.723	99.337
Vencidos de 181 até 360 dias	131.990	136.266	132.032	136.315
Vencidos acima de 360 dias	11.562	8.464	11.572	8.469
Vencidos - total	572.676	603.390	578.812	610.248
A vencer	312.557	274.905	316.015	277.820
Faturados	885.233	878.295	894.827	888.068
A faturar	408.253	387.246	411.899	390.626
Contas a receber de clientes ⁽¹⁾	1.293.486	1.265.541	1.306.726	1.278.694
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(218.414)	(239.177)	(220.156)	(241.146)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.075.072	1.026.364	1.086.570	1.037.548
Contas a receber de clientes circulante	1.040.394	989.272	1.051.607	1.000.456
Contas a receber de clientes não circulante	34.678	37.092	34.963	37.092

(1) Contempla as contas a receber do Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir.:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Faturados	19.870	20.232
A faturar	11.192	10.248
Contas a receber do Estado de Minas Gerais ⁽¹⁾	31.062	30.480

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 24 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	239.177	195.999	241.146	197.495
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	201.935	221.416	206.215	226.153
Contas a receber de clientes baixadas no exercício como incobráveis	(222.698)	(178.238)	(227.205)	(182.502)
Saldo final	218.414	239.177	220.156	241.146

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia adota como metodologia de contabilização da provisão para perdas de crédito esperadas, a matriz de provisão, revisada anualmente, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

A Companhia não reconhece provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais (EMG), acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de Termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	<u>Controladora / Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante (i)	61.033	65.853
Aplicação financeira vinculada - não circulante (ii)	71.706	77.228

- (i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, ora sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui, no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 22.1(d). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão classificados no ativo não circulante.
- (ii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “Fundo de Investimento Caixa Despoluição de Bacias Hidrográficas Renda Fixa Longo Prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 14).

Já foram liberados recursos referentes aos contratos dos seguintes municípios:

- Carmo do Paranaíba - 03 (três) parcelas até o ano de 2020, totalizando R\$931 e 01 (uma) parcela em junho de 2022 no valor de R\$347, sendo o saldo remanescente de R\$2.923;
- Patos de Minas - 02 (duas) parcelas, em maio de 2021, no valor de R\$1.182 e em fevereiro de 2022, no valor de R\$1.239, sendo o saldo remanescente de R\$12.111; e
- Ibitaré - 01 (uma) parcela em dezembro de 2022, no valor de R\$821, sendo o saldo remanescente de R\$9.006.

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				
COPANOR	202.181	(11.163)	54.179	245.197
Outros	260	-	-	260
Total	202.441	(11.163)	54.179	245.457
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
COPANOR	165.132	(12.691)	49.740	202.181
Outros	260	-	-	260
Total	165.392	(12.691)	49.740	202.441

(i) A Controladora realizou integralização no valor de R\$54.179 no exercício de 2022, sendo R\$27.090 no 1º trimestre e R\$27.089 no 3º trimestre (R\$49.740 em 2021, sendo R\$25.945 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre de 2021), na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
2022	100%	47.723	216.393	18.476	443	245.197	(11.163)
2021	100%	46.127	184.968	28.168	746	202.181	(12.691)

10. Ativo de Contrato

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2022	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870
Adições	319.996	381.534	199.946	47.860	949.336
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	380	380
Baixas	(4.820)	(8.910)	(5)	-	(13.735)
Juros capitalizados	28.582	26.610	22.435	-	77.627
Transferências para o intangível	(147.614)	(138.421)	(46.537)	-	(332.572)
Transferências para o imobilizado	-	-	(48.471)	-	(48.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	701.177	778.910	410.116	167.232	2.057.435
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2022	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995
Adições	324.801	392.818	207.300	52.001	976.920
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	391	391
Baixas	(4.820)	(8.910)	(40)	-	(13.770)
Juros capitalizados	28.582	26.610	22.435	-	77.627
Transferências para o intangível	(153.185)	(157.181)	(47.415)	-	(357.781)
Transferências para o imobilizado	-	-	(48.561)	-	(48.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	716.824	802.395	422.146	182.456	2.123.821

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545
Adições	363.513	249.519	151.150	30.510	794.692
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(1.182)	(12.745)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.156)	(90.047)	(27.961)	-	(148.164)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.371)	-	(9.371)
Saldos em 31 dezembro de 2021	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233
Adições	374.284	264.680	156.422	34.398	829.784
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(2.232)	(13.795)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.395)	(90.047)	(28.303)	-	(148.745)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.395)	-	(9.395)
Saldos em 31 dezembro de 2021	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as adições, no montante de R\$949.336 na controladora (R\$794.692 em 31 de dezembro de 2021) e R\$976.920 no consolidado (R\$829.784 em 31 de dezembro de 2021) referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Juatuba, Montes Claros, Paracatu e Santa Luzia, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Conselheiro Lafaiete, Januária, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Sistema Integrado Coronel Fabriciano/Timóteo, Sarzedo, Três Marias e Ubá.

11. Intangível

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	4.142.742	(2.661.099)	1.481.643	4.052.841	(2.523.726)	1.529.115
Esgotamento sanitário	6.347.712	(2.977.932)	3.369.780	6.178.869	(2.688.220)	3.490.649
Sistemas de uso comum	1.126.596	(917.516)	209.080	1.028.145	(852.874)	175.271
Direitos de uso	649.105	(317.097)	332.008	610.228	(287.791)	322.437
Outros ativos intangíveis	136.580	(31.773)	104.807	101.996	(26.706)	75.290
Total do intangível	12.402.735	(6.905.417)	5.497.318	11.972.079	(6.379.317)	5.592.762
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	4.196.048	(2.667.334)	1.528.714	4.096.321	(2.527.730)	1.568.591
Esgotamento sanitário	6.423.565	(2.986.089)	3.437.476	6.232.932	(2.693.578)	3.539.354
Sistemas de uso comum	1.144.469	(924.699)	219.770	1.042.101	(857.083)	185.018
Direitos de uso	649.266	(317.232)	332.034	610.377	(287.896)	322.481
Outros ativos intangíveis	137.497	(31.864)	105.633	102.573	(26.750)	75.823
Total do intangível	12.550.845	(6.927.218)	5.623.627	12.084.304	(6.393.037)	5.691.267

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Adições	35.088	60.798	68.666	37.571	933	203.056
Baixas	(2.588)	-	(45)	-	-	(2.633)
Amortização	(151.191)	(290.808)	(65.092)	(29.337)	(5.747)	(542.175)
Transferências de (para) ativo financeiro	(39.803)	(28.201)	(13.925)	65	(1.921)	(83.785)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.363)	(473)	353	11	(932)	(2.404)
Transferências do ativo de contrato	112.383	137.817	43.921	1.261	37.190	332.572
Outros	2	(2)	(69)	-	(6)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.481.643	3.369.780	209.080	332.008	104.807	5.497.318
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267
Adições	38.360	62.739	71.335	37.583	1.376	211.393
Baixas	(2.588)	-	(45)	-	-	(2.633)
Amortização	(153.422)	(293.606)	(68.071)	(29.367)	(5.793)	(550.259)
Transferências de (para) ativo financeiro	(38.820)	(27.112)	(13.530)	65	(2.028)	(81.425)
Transferências entre intangível e imobilizado	(1.363)	(473)	337	11	(932)	(2.420)
Transferência de ativos de contratos	117.954	156.577	44.796	1.261	37.193	357.781
Outros	2	(3)	(70)	-	(6)	(77)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.528.714	3.437.476	219.770	332.034	105.633	5.623.627

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484
Adições	26.652	49.338	45.353	25.613	1.000	147.956
Baixas	(2.742)	(471)	(117)	-	(15)	(3.345)
Amortização	(181.987)	(309.726)	(57.715)	(28.172)	(8.685)	(586.285)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	34.024	15.873	3.225	40	590	53.752
Transferência entre intangível e imobilizado	(3.732)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.907)
Transferências do ativo de contrato	30.830	89.018	16.578	2	11.736	148.164
Outros	(19)	(2)	(37)	3	(2)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914
Adições	28.488	50.577	50.115	25.613	1.358	156.151
Baixas	(2.742)	(471)	(147)	-	(15)	(3.375)
Amortização	(184.038)	(312.302)	(59.812)	(28.201)	(8.708)	(593.061)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	35.029	20.056	3.157	40	387	58.669
Transferências entre intangível e imobilizado	(3.544)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.719)
Transferência de ativos de contratos	31.380	89.018	16.609	2	11.736	148.745
Outros	(20)	(2)	(36)	1	-	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no exercício.

A amortização foi apropriada ao resultado do exercício, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos serviços prestados	537.440	581.197	545.492	587.943
Despesas com vendas	525	540	525	540
Despesas administrativas	4.210	4.548	4.242	4.578
Total	542.175	586.285	550.259	593.061

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Sistemas de água	4,97%	5,14%	5,17%	5,13%
Esgotamento sanitário	5,08%	5,28%	5,21%	5,27%
Sistemas de uso comum	19,39%	19,32%	21,62%	19,23%
Direitos de uso	5,79%	6,36%	5,82%	6,36%
Outros ativos intangíveis	4,98%	3,80%	5,09%	3,80%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de teste de *impairment*, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2022, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, economias atendidas, custos, despesas e investimentos para os próximos 30 anos. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (*impairment*) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume consumido decorrente das ações e investimentos planejados para os próximos cinco anos, para atingimento das metas de universalização, conforme preconiza o Novo Marco do Saneamento. Com as premissas adotadas, obteve-se um crescimento médio de 8% ao ano até 2027, principalmente com o reflexo do efeito dos investimentos do período 2022 a 2025 na Base de Ativos Regulatória (BAR) a ser remunerada no próximo ciclo de Revisão Tarifária. Nos demais anos, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo para atendimento ao crescimento populacional orgânico dos municípios operados.
- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura a partir dos investimentos projetados até 2027 e crescimento vegetativo nos demais anos.
- Preços foram mantidos constantes.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em *impairment*.

12. Imobilizado

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021			
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	13,84%	684.904	(541.141)	143.763	594.208	(516.287)	77.921
Veículos	24,02%	82.553	(80.223)	2.330	85.009	(78.933)	6.076
Outros	-	31.490	(231)	31.259	31.485	(210)	31.275
		798.947	(621.595)	177.352	710.702	(595.430)	115.272
Terrenos e edificações	4,52%	3.417.153	(2.127.109)	1.290.044	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852
Total do imobilizado - em operação		4.216.100	(2.748.704)	1.467.396	4.082.619	(2.612.495)	1.470.124
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	14,72%	689.775	(542.450)	147.325	598.218	(516.972)	81.246
Veículos	24,74%	85.648	(80.453)	5.195	85.104	(78.943)	6.161
Outros	-	31.490	(231)	31.259	31.485	(211)	31.274
		806.913	(623.134)	183.779	714.807	(596.126)	118.681
Terrenos e edificações	4,52%	3.417.153	(2.127.109)	1.290.044	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852
Total do imobilizado - em operação		4.224.066	(2.750.243)	1.473.823	4.086.724	(2.613.191)	1.473.533

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 dezembro de 2021	77.921	6.076	31.275	1.354.852	1.470.124
Adições	75.086	45	-	-	75.131
Baixas	(315)	(8)	-	-	(323)
Depreciação	(23.534)	(3.793)	-	(101.256)	(128.583)
Transferência do ativo de contratos	12.107	8	5	36.351	48.471
Transferências entre intangível e imobilizado	2.346	-	-	58	2.404
Transferências para Ativo Financeiro	82	-	-	42	124
Outros	70	2	(21)	(3)	48
Saldos em 31 de dezembro de 2022	143.763	2.330	31.259	1.290.044	1.467.396
Consolidado:					
Saldos em 31 dezembro de 2021	81.246	6.161	31.274	1.354.852	1.473.533
Adições	75.838	3.044	-	-	78.882
Baixas	(315)	(8)	-	-	(323)
Depreciação	(24.155)	(4.012)	-	(101.256)	(129.423)
Transferência de ativos de contratos	12.197	8	5	36.351	48.561
Transferências entre intangível e imobilizado	2.362	-	-	58	2.420
Transferências para Ativo Financeiro	82	-	-	42	124
Outros	70	2	(20)	(3)	49
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.325	5.195	31.259	1.290.044	1.473.823

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 dezembro de 2020	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979
Adições	28.876	21	-	-	28.897
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.367)	(3.798)	(18)	(97.804)	(121.987)
Transferência do ativo de contratos	6.015	215	107	3.034	9.371
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.532	34.907
Transferências para Ativo Financeiro	243	9	-	65	317
Outros	2	-	-	59	61
Saldos em 31 dezembro de 2021	77.921	6.076	31.275	1.354.852	1.470.124
Consolidado:					
Saldos em 31 dezembro de 2020	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652
Adições	31.080	103	-	-	31.183
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.742)	(3.802)	(18)	(97.809)	(122.371)
Transferência de ativos de contratos	6.038	215	107	3.035	9.395
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.344	34.719
Transferências para Ativo Financeiro	243	9	-	65	317
Outros	3	-	(2)	58	59
Saldos em 31 dezembro de 2021	81.246	6.161	31.274	1.354.852	1.473.533

A depreciação foi apropriada ao resultado do exercício, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos serviços prestados	113.891	108.783	114.719	109.165
Despesas com vendas	4.090	3.603	4.096	3.605
Despesas administrativas	10.602	9.601	10.608	9.601
Total	128.583	121.987	129.423	122.371

13. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível, conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram R\$96.779 (R\$86.058 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	260.985	306.226
Atualização	23.737	14.981
Amortização	(25.464)	(54.028)
Juros pagos	(15.655)	(6.194)
Saldo final	243.603	260.985
Passivo circulante	36.792	52.331
Passivo não circulante	206.811	208.654

14. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e obrigações diversas

(a) Ativo circulante:

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPF a compensar	2.463	3.759	3.109	3.943
IRPJ a compensar/saldo negativo	61.041	33.536	61.044	33.538
CSLL a compensar/saldo negativo	20.973	5.505	20.973	5.505
Recuperação de créditos PIS/COFINS	5.707	57.206	5.707	57.302
Outros Tributos a Recuperar	141	562	156	594
Total	90.325	100.568	90.989	100.882

Os impostos a recuperar referem-se ao maior saldo negativo de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2022 ocasionado, principalmente, pela alteração do percentual de distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) em dezembro de 2022 para 50%. Em 2021, essa alteração no percentual foi aprovada em setembro. Além disso, a recuperação de créditos tributários (PIS e COFINS), reconhecida em 2021, foi realizada ao longo de 2022.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
INSS	27.267	24.236	27.772	24.879
COFINS	25.548	25.241	25.634	26.168
PIS	5.505	5.360	5.522	5.561
IR	28.437	10.454	28.470	10.482
FGTS	5.513	4.680	5.634	4.809
Outros	5.855	5.129	5.944	5.179
Passivo circulante	98.125	75.100	98.976	77.078

As obrigações diversas são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações diversas				
Depósito para obras (i)	55.429	60.814	55.429	60.814
Salários a pagar (ii)	1.629	180.170	1.639	180.655
Programa de Desligamento Voluntário				
Incentivado - PDVI (iii)	-	86.705	-	86.705
Devolução de tarifas – ARSAE (iv)	51.567	99.558	51.567	99.558
Outros	54.890	63.242	55.227	63.716
Total	163.515	490.489	163.862	491.448
Passivo circulante	84.001	375.390	84.348	376.349
Passivo não circulante	79.514	115.099	79.514	115.099

- (i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).
- (ii) A variação de salários a pagar apresentada deve-se ao pagamento de valores advindos do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022.
- (iii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em junho de 2021, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados. Aderiram ao programa 1.098 empregados, com desligamentos ocorrendo a partir de outubro de 2021, apresentando a seguinte movimentação:

Controladora / Consolidado					
PDVI	Provisão em setembro de 2021	Pagamentos até 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos / estornos em 2022 ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2022
Valor	152.171	65.466	86.705	86.705	-
Quantidade Empregados	1.098	492	606	603	-
Passivo Circulante			86.705		-

⁽¹⁾ Foram pagos R\$80.734, estornados R\$5.971 e canceladas 3 (três) adesões.

(iv) A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE MG, determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio dos seguintes processos administrativos, entendidos pela Administração como de probabilidade de perda provável, e, por este motivo, provisionados:

- Em setembro de 2019, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo nº 005/2019 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, referentes a Esgoto Dinâmico com Coleta e Tratamento – EDT. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. Em julho de 2021, foi emitida a Decisão ARSAE 066/21, determinando a devolução dos valores aos clientes, conforme Fato Relevante divulgado em 26 de julho de 2021. Em agosto de 2021, a Administração da Companhia autorizou o início das devoluções, de forma simples e corrigida, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 8 de setembro de 2021. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o valor total das devoluções é de R\$125.817. As devoluções foram iniciadas em setembro de 2021.
- Em 2021, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo 028/21, para apurar possíveis ajustes quanto à sistemática adotada pela COPASA para cálculo de valor faturado, em mês posterior ao faturamento pela média, no período de janeiro a julho de 2020. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. A ARSAE MG deliberou pela devolução de valores aos clientes. A Administração da Companhia autorizou a devolução dos valores apontados, de forma simples e corrigida, no valor total de R\$12.028, cuja devolução iniciou em outubro de 2021.
- Em 2021, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo nº 041/2021 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente referente aos serviços de esgotamento sanitário da Bacia do Onça e adjacências, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. A COPASA MG ajuizou recurso no processo acerca da devolução em dobro, acrescida de juros. Em maio de 2021, a Administração da Companhia autorizou o início das devoluções, de forma simples e corrigida. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o valor total das devoluções é de R\$6.153. Foram registrados R\$5.002 a título de principal em “Outras Despesas Operacionais” e R\$1.151 de juros e correção monetária em “Despesas Financeiras”.

A Companhia identificou todos os clientes afetos aos processos mencionados e registrou o valor exato a ser devolvido a cada um, por intermédio de crédito (desconto) nas faturas, sendo que no exercício findo de 31 dezembro de 2022, as devoluções foram de R\$62.030. A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

Controladora / Consolidado						
Processos	Saldo a devolver inicial	Incremento de provisão	Devoluções realizadas			Saldo a devolver final
			Valor principal	Juros e correção	Total devolvido	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022						
005/2019	94.073	7.886	34.380	23.765	58.145	43.814
028/2021	5.485	-	1.417	636	2.053	3.432
041/2021	-	6.153	1.758	74	1.832	4.321
	<u>99.558</u>	<u>14.039</u>	<u>37.555</u>	<u>24.475</u>	<u>62.030</u>	<u>51.567</u>
			Passivo circulante			50.266
			Passivo não circulante			1.301
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021						
005/2019	125.817	-	19.804	11.940	31.744	94.073
028/2021	12.028	-	4.082	2.461	6.543	5.485
	<u>137.845</u>	<u>-</u>	<u>23.886</u>	<u>14.401</u>	<u>38.287</u>	<u>99.558</u>
			Passivo circulante			71.442
			Passivo não circulante			28.116

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$4.139.920 em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.985.344 em 31 de dezembro de 2021), têm vencimento até 2043 e cupons médios de 10,85% ao ano para a Controladora e o Consolidado (8,0% a.a. em 31 de dezembro de 2021 para a Controladora e o Consolidado).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Financiamentos - FGTS	43.266	38.120
Empréstimos	41.047	69.601
Finame	4.198	12.500
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	61.817	70.094
Empréstimos bancários e financiamentos	150.328	190.315
Debêntures	790.543	609.822
Total circulante	940.871	800.137
Não circulante		
Financiamentos - FGTS	671.489	648.923
Empréstimos	16.962	57.393
Finame	3.315	7.496
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	134.843	164.267
Empréstimos bancários e financiamentos	826.609	878.079
Debêntures	2.372.440	2.307.128
Total não circulante	3.199.049	3.185.207
Total circulante e não circulante	4.139.920	3.985.344

⁽ⁱ⁾ Inclui custo de captação de empréstimos disponibilizado à COPASA MG.

(a) Empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	1.068.394	1.273.997
Ingressos de empréstimos e financiamentos	103.456	145.164
Encargos provisionados	66.383	71.470
Varição monetária e cambial	(15.706)	3.837
Amortização de encargos	(66.565)	(73.001)
Amortização de principal	(179.282)	(353.330)
Amortização do custo de captação	257	257
Saldo final	976.937	1.068.394
Passivo circulante	150.328	190.315
Passivo não circulante	826.609	878.079

Os montantes registrados no passivo não circulante referente a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	154.247
2024	107.258	96.534
2025	96.965	55.789
2026	55.410	53.316
2027 até 2042	569.471	520.945
Custo de captação	(2.495)	(2.752)
Total	826.609	878.079

Em 31 de dezembro de 2022, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$196.660, em euros, excluídos os custos de captação (R\$234.361, em euros, em 31 de dezembro de 2021).

	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
			Valor contábil 31/12/2022	Valor contábil 31/12/2021
Em moeda Nacional:				
Financiamento - FGTS	TR + 8,50%	16/01/2043	714.755	687.043
Empréstimo	TJLP + 1,55% a 1,73%	15/05/2025	58.009	126.994
Finame	2,5% a 8,7%	15/01/2025	7.513	19.996
			780.277	834.033
Em moeda Estrangeira (euro):				
Financiamento	2,07%	20/12/2023	-	140.567
Financiamento	1,41%	15/05/2034	143.695	33.588
Financiamento	Euribor + 0,55%	20/09/2033	55.717	63.214
			199.412	237.369
Custo de captação			(2.752)	(3.008)
			196.660	234.361
Empréstimos e financiamentos			976.937	1.068.394

(b) Debêntures

A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
			Valor contábil 31/12/2022	Valor contábil 31/12/2021
Subscrição 4ª emissão				
1ª	TJLP + 1,55%	15/07/2022	-	15.497
2ª	IPCA + 9,05%	15/08/2022	-	54.147
3ª	TJLP + 1,55%	15/07/2022	-	20.519
Total 4ª emissão			-	90.163
Subscrição 5ª emissão				
Série única	TR + 9,00%	01/09/2031	154.146	171.559
Total 5ª emissão			154.146	171.559
Subscrição 8ª emissão				
1ª	TJLP + 1,87%	15/06/2028	45.298	53.125
2ª	IPCA + 8,18%	15/06/2028	27.008	30.154
Total 8ª emissão			72.306	83.279
Subscrição 11ª emissão				
1ª	TJLP + 2,62%	15/01/2031	114.292	110.517
2ª	IPCA + 8,85%	15/01/2031	63.446	59.714
Total 11ª emissão			177.738	170.231
Subscrição 12ª emissão				
1ª	IPCA + 5,06%	15/01/2024	125.126	196.961
2ª	IPCA + 5,27%	15/01/2026	94.289	101.775
Total 12ª emissão			219.415	298.736
Subscrição 13ª emissão				

Controladora / Consolidado				
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil 31/12/2022	Valor contábil 31/12/2021
2ª	110% do CDI	15/07/2023	287.994	557.276
3ª	IPCA + 6,50%	15/07/2025	88.392	83.487
Total 13ª emissão			376.386	640.763
Subscrição 14ª emissão				
1ª	106,15% do CDI	15/06/2024	28.532	47.330
2ª	IPCA + 4,30%	15/06/2026	154.153	166.386
Total 14ª emissão			182.685	213.716
Subscrição 15ª emissão				
Série única	CDI + 1,75%	16/12/2025	464.207	502.295
Total 15ª emissão			464.207	502.295
Subscrição 16ª emissão				
1ª	IPCA + 5,23%	15/09/2031	269.454	253.977
2ª	CDI + 1,30%	15/09/2026	509.315	508.621
Total 16ª emissão			778.769	762.598
Subscrição 17ª emissão				
1ª	CDI + 1,30%	16/12/2029	753.362	-
Total 17ª emissão			753.362	-
Total de debêntures			3.179.014	2.933.340
Custo de captação			(16.031)	(16.390)
Total			3.162.983	2.916.950

A Companhia contratou, em setembro de 2021 e dezembro de 2022, operações de crédito de longo prazo, por meio da 16ª e 17ª Emissão de Debêntures respectivamente, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de garantia firme com base na Instrução CVM nº 476/2009, no montante de R\$750.000 cada.

A previsão é a de que esses recursos sejam destinados à execução de parte do programa de investimentos da Companhia.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.916.950	2.507.144
Ingressos de debêntures	772.546	750.000
Encargos provisionados	267.756	148.461
Variação monetária	54.182	81.314
Amortização de encargos	(265.542)	(134.631)
Amortização de principal	(583.268)	(426.264)
Custo de captação	(3.443)	(11.659)
Amortização do custo de captação	3.802	2.585
Saldo final	3.162.983	2.916.950
Passivo circulante	790.543	609.822
Passivo não circulante	2.372.440	2.307.128

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 08, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 22.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Controladora / Consolidado		
Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	739.763
2024	544.525	531.327
2025	538.249	483.206
2026	414.071	230.227
2027 até 2031	887.389	335.026
Custo de captação	(11.794)	(12.421)
Total	2.372.440	2.307.128

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

A Companhia, vem cumprindo todos os *covenants* estabelecidos, ou obtendo dos credores a necessária autorização para dispensa de cumprimento das cláusulas restritivas previstas nos instrumentos contratuais.

***Covenants* não financeiros - 31 de dezembro de 2021:**

Além das garantias financeiras prestadas aos credores, no âmbito de suas dívidas constituídas, a Companhia vem cumprindo obrigações não financeiras específicas e particulares para cada um dos contratos.

As escrituras de debêntures preveem que constitui um Evento de Inadimplemento, que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes, a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50 milhões para 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões e R\$75 milhões para a 16ª emissão (*covenants* não financeiros).

Conforme noticiado em Fato Relevante datado de 27 de dezembro de 2021, em função das decisões em relação a processo trabalhista ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia e referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217.356 em 31 de dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa 16.a.ii).

Para obtenção da renúncia dos credores aos respectivos direitos contratuais, em dezembro de 2021 foi iniciado o processo de pedido de *waiver* junto aos agentes financeiros, apresentando propostas de equacionamento, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos, o desenvolvimento empresarial e operacional, bem como o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos.

Desta forma, a Companhia, em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas nos dias 10 de março de 2022 para as 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões e em 21 de março de 2022 para a 12ª emissão, obteve a dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), assumindo o pagamento de prêmio (*waiver fee*) aos debenturistas de 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento. Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas em 31 de dezembro de 2021 não eram exigíveis no curto prazo, sendo assim as referidas dívidas permaneceram classificadas no passivo não circulante (ver Nota Explicativa 2.1).

16. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controlador:						
Cíveis	120.546	(6.065)	114.481	96.435	(5.710)	90.725
Trabalhistas	297.104	(13.225)	283.879	304.087	(14.045)	290.042
Tributárias	1.848	(3.460)	(1.612)	1.736	(5.140)	(3.404)
Total	419.498	(22.750)	396.748	402.258	(24.895)	377.363

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Cíveis	120.999	(6.065)	114.934	97.164	(5.710)	91.454
Trabalhistas	297.219	(13.301)	283.918	304.152	(14.081)	290.071
Tributárias	1.848	(3.460)	(1.612)	1.736	(5.140)	(3.404)
Total	420.066	(22.826)	397.240	403.052	(24.931)	378.121

A movimentação do exercício de 2022 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021, antes da compensação de depósitos judiciais	402.258	403.052
Adições ⁽ⁱ⁾	55.927	56.532
Atualizações	44.740	44.843
Reversões	(37.420)	(38.102)
Baixas	(46.007)	(46.258)
Total provisões	419.498	420.067
Compensação de depósitos judiciais	(22.750)	(22.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	396.748	397.240

⁽ⁱ⁾ Estão incluídos os juros e variações monetárias sobre as provisões judiciais, no valor de R\$44.397 registrados em despesas financeiras.

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a Companhia e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito do Fórum de Contingências da COPASA MG. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$55.927, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributária, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$11.874, cíveis de R\$44.045 e tributário no valor de R\$8, detalhados os principais processos nos itens (i) Provisões Cíveis e (ii) Provisões Trabalhistas, abaixo.
2. Atualizações de processos no valor de R\$44.740, sendo R\$19.818 trabalhistas, R\$24.818 cíveis e R\$104 tributários.
3. Reversões no valor de R\$37.420, sendo a reversão de R\$27.026 de processos trabalhistas, R\$10.395 de processos cíveis.
4. Baixas no valor de R\$46.007 pulverizadas em ações trabalhistas e cíveis.

A movimentação do exercício de 2021 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020, antes da compensação de depósitos judiciais	150.719	151.281
Adições	265.535	266.028
Atualizações	13.600	13.680
Reversões	(14.532)	(14.862)
Baixas	(13.064)	(13.075)
Total provisões	402.258	403.052
Compensação de depósitos judiciais	(24.895)	(24.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377.363	378.121

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo a COPASA MG condenada a pagar a referida indenização. Foi realizado acordo judicial para pagamento da indenização de forma parcelada e extinção do cumprimento de sentença. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$18.837 (R\$10.923 em 31 de dezembro de 2021).

2. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários, dos valores relativos ao reajuste de março de 2003 sob o fundamento de que os referidos valores foram cobrados no mesmo mês em que o reajuste foi autorizado quando deveriam ter sido aplicados 30 dias decorridos do prazo autorizado. A ação teve decisão desfavorável para a COPASA MG e encontra-se em fase de liquidação de sentença, aguardando realização de perícia judicial. A Companhia efetuou provisionamento com vistas à proposição de acordo judicial objetivando a finalização da ação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.012 (R\$18.883 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável. A classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

Há uma ação trabalhista coletiva, movida em 2008 pelo Sindágua, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquela época, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. O Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG) ajuizou a ação questionando a legalidade do referido programa.

Em 19 de dezembro de 2008, a ação ajuizada pelo Sindágua foi julgada improcedente em 1ª instância. O MPT-MG opôs embargos de declaração contra essa decisão. No julgamento dos embargos de declaração foi determinada a reunião dos 2 (dois) processos para julgamento e tramitação conjunta e, no mérito, foram rejeitados os embargos de declaração. Sindágua e MPT-MG interpuseram recurso contra essa decisão. O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) deu parcial provimento aos recursos para condenar a Companhia na obrigação de reintegrar todos os empregados dispensados com base na referida política, bem como a pagar salários vencidos e vincendos, sob pena de multa diária de R\$500,00. A COPASA MG interpôs recurso contra essa decisão que foi rejeitado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Contra essa decisão, a Companhia interpôs o recurso extraordinário, cujo seguimento foi negado pelo TST. Para dar prosseguimento ao recurso extraordinário, interpôs Agravo Interno, cujo seguimento também foi negado.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal (STF), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21 de novembro de 2019. No entanto, o STF reviu sua decisão, resultando na validade do acórdão do TRT-MG, que condenou a COPASA MG. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, que foi rejeitado, com decisão publicada em 01 de dezembro de 2021.

Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Sendo assim, o TRT-MG determinou o retorno da ação trabalhista para a 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte para início da fase de execução, em 10 de dezembro de 2021.

Considerando as referidas decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não tenha sido liquidado o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos

preliminares, efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, e em atenção às melhores práticas contábeis. No exercício de 2022, o valor provisionado foi aumentado em R\$18.263, sendo registrados R\$1.579 em “outras despesas operacionais” e R\$16.684 de juros de mora e atualização monetária em “despesas financeiras” (R\$217.356 no exercício de 2021, sendo o valor principal de R\$110.324 registrado em “outras despesas operacionais” e de juros de mora e de atualização monetária no valor total de R\$107.032 registrados em “despesas financeiras”).

Em 21 de fevereiro de 2022, com o retorno da ação principal o Juízo da 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte iniciou o procedimento de liquidação, determinando a juntada de documentos.

Enquanto isso, no STF, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos, com decisão em 03 de março de 2022 pela 2ª Turma do STF; nesta mesma data a Companhia juntou a exceção de pré-executividade nos autos principais e está aguardando o julgamento.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia ajuizou a ação rescisória visando invalidar o acórdão da 5ª Turma do TRT-MG, com pedido de liminar para suspender a tramitação dos autos principais, até o julgamento do mérito da rescisória. Em 03 de maio de 2022, a 2ª Seção de Dissídios Individuais do TRT-MG deferiu o pedido de liminar da ação rescisória, e determinou a suspensão da tramitação dos autos principais. A execução dos autos principais foi suspensa em 04 de maio de 2022. A ação rescisória está aguardando julgamento.

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cível (i)	483.090	379.276	491.494	386.444
Trabalhista (ii)	58.462	54.255	58.896	54.503
Tributária (iii)	91.371	13.612	91.395	13.611
Ambiental	2.490	1.029	2.490	1.029
Total	635.413	448.172	644.275	455.587

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

A ação principal individual e com montante relevante é a Ação de Indenização ajuizada por Mecanorte Construções e Empreendimentos Ltda. Em 2021, na qual alega desequilíbrio econômico-financeiro em contratos de empreitada firmados com a COPASA MG, que tinham por objeto a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário de Teófilo Otoni. A ação foi precedida de

perícia técnica que apurou o valor atribuído à causa. Aguarda-se homologação da perícia judicial. O valor da ação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$46.467 o prognóstico de perda atual é “possível”.

Ações coletivas

1. A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 36 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Alpinópolis, Andradas, Araçuaí, Barbacena, Betim, Bom Despacho, Cabo Verde, Campina Verde, Cataguases, Confins, Congonhas, Curvelo, Delfinópolis, Divinópolis, Extrema, Fronteira, Guaxupé, Guidoal, Igaratinga, João Pinheiro, Lagoa Santa, Luz, Mirabela, Mirai, Nanuque, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, Sabará, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, Três Marias, Vazante e Visconde do Rio Branco. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.
2. Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Coronel Fabriciano, em 2020, sob o argumento de que não estaria havendo o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela Companhia, pois não haveria o tratamento da integralidade do esgoto produzido na sede municipal. Além disso, o não tratamento do esgoto sanitário teria causado dano ambiental. Em razão desses fatos, o Município pretende a condenação da COPASA a não cobrar tarifa de esgoto ou a cobrá-la em valor proporcionalmente reduzido até que a integralidade do esgoto seja tratado; a pagar multa a título indenizatório ao Município de Coronel Fabriciano pelo suposto descumprimento de cláusulas do Contrato de Concessão; a devolver os valores cobrados a título de tarifa de esgoto aos usuários; a implantar a totalidade do tratamento de esgoto no Município; a pagar indenização por dano moral coletivo. A tutela antecipada foi indeferida em razão da ausência de urgência na apreciação dos pedidos e na incidência da jurisprudência dominante acerca da possibilidade de cobrança da tarifa de esgotamento sanitário pelos serviços prestados. Em sede de defesa, a COPASA MG apresentou Contestação, aduzindo, dentro outros argumentos, que não houve descumprimento contratual, pois, o serviço de esgotamento sanitário atende a mais de 108 mil habitantes já estão em execução as obras de interligação ao Sistema Integrado com o Município de Timóteo, sendo que metade da população já é atendida por esse Sistema. O valor da ação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.110 (R\$5.766 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empregadas, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e, periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

(iii) Tributárias

Trata-se de ações nas quais a Companhia é acionada pela Fazenda Pública, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal, para cobrança de créditos de natureza tributária (decorrente de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e/ou empréstimo compulsório) e para cobrança de créditos de natureza não-tributária (como os decorrentes de imposição de multas administrativas).

O aumento do valor não provisionado no exercício 2022 foi decorrente do ajuizamento de ações executivas por alguns municípios, pretendendo a cobrança de créditos decorrentes de autos de infração administrativos. Tais processos estão em fase inicial, havendo tese jurídica relevante para a desconstituição do crédito, razão pela qual o prognóstico de perda atual é “possível”.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	1.045.954	654.449	1.045.954	654.449
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(355.624)	(222.513)	(355.624)	(222.513)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões -				
Equivalência patrimonial	(3.795)	(4.315)	-	-
Doações e subvenções	818	402	818	402
Outras (adições) /exclusões	(1.819)	8.898	(5.614)	4.583
Outros itens de reconciliação -				
Juros sobre o capital próprio	132.976	76.602	132.976	76.602
Incentivos fiscais	24.852	24.064	24.852	24.064
IRPJ e CSLL	(202.592)	(116.862)	(202.592)	(116.862)
IRPJ e CSLL correntes	(126.952)	(257.505)	(126.952)	(257.505)
IRPJ e CSLL diferidos	(75.640)	140.643	(75.640)	140.643
IRPJ e CSLL	(202.592)	(116.862)	(202.592)	(116.862)
Alíquota efetiva	19,37%	17,86%	19,37%	17,86%

As diferenças temporárias de R\$75.662 (R\$140.599 de créditos em 2021), movimentadas no exercício, referem-se às despesas com IRPJ e CSLL diferidos reconhecidas no resultado, no valor de R\$75.640 (R\$140.643 de créditos em 2021), e aos débitos de IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97 reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, no valor de R\$22 (R\$44 em 2021).

No exercício de 2022, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo n° 227/2021 expedido pela SUDENE e com o Ato Declaratório Executivo publicado pela Receita Federal do Brasil n° 103/2022 de 26/09/2022, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$16.577 (R\$ 11.657 no exercício de 2021). (Ver Nota Explicativa 20)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

As bases de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias são as seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2021	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				
Ativo (Passivo)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.320	-	(7.059)	74.261
Provisão para demandas judiciais	136.767	-	5.862	142.629
Provisão para (perdas) ganhos do passivo atuarial - resultados abrangentes	25.150	(22.397)	-	2.753
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	42.943	-	(2.727)	40.216
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	187.373	-	24.806	212.179
Variação cambial sobre empréstimos	15.354	-	(16.006)	(652)
Outras provisões temporárias diversas	89.518	-	(63.277)	26.241
Imposto de renda e contribuição social				
Margem da receita de construção diferida	(29.583)	-	1.802	(27.781)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(126.834)	-	(19.271)	(146.105)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(5.573)	-	122	(5.451)
Custo de captação de empréstimos	(1.023)	-	86	(937)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(6.373)	1.503	-	(4.870)
Total ativo líquido	409.039	(20.894)	(75.662)	312.483
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
Ativo (Passivo)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.640	-	14.680	81.320
Provisão para demandas judiciais	50.925	-	85.842	136.767
Provisão para (perdas) ganhos do passivo atuarial - resultados abrangentes	67.256	(42.106)	-	25.150
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	45.670	-	(2.727)	42.943
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	144.947	-	42.426	187.373
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH				
Variação cambial sobre empréstimos	22.759	-	(7.405)	15.354
Outras provisões temporárias diversas	45.718	-	43.800	89.518
Margem da receita de construção diferida	(31.376)	-	1.793	(29.583)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(92.022)	-	(34.812)	(126.834)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(2.488)	-	(3.085)	(5.573)
Custo de captação de empréstimos	(1.110)	-	87	(1.023)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(23.570)	17.197	-	(6.373)
Total ativo líquido	293.349	(24.909)	140.599	409.039

Em atendimento à Resolução CVM nº 109, de 20/05/2022 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2022. O saldo do ativo diferido bruto registrado na contabilidade em 31 de dezembro de 2022 é R\$497.025 (R\$578.425 em 31 de dezembro de 2021).

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido	Controladora / Consolidado
Em 2023	33.373
Em 2024	107.613
Em 2025	32.785
Em 2026	32.785
Em 2027	32.785
Em 2028	3.469
Em 2029	3.469
Em 2030	3.469
Em 2031	3.469
Em 2032	3.469
Após 2032	240.339
Total	497.025

18. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	30.170	38.271	30.185	38.289
Ativo não circulante	2.629	5.165	2.629	5.165
Total	32.799	43.436	32.814	43.454

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2022						
Recursos estaduais	4.653	(4.287)	366	563.417	(563.035)	381
Recursos federais	174.148	(141.715)	32.433	174.148	(141.715)	32.433
Total	178.801	(146.002)	32.799	737.565	(704.750)	32.814
31 de dezembro de 2021						
Recursos estaduais	4.154	(3.905)	249	562.918	(562.651)	267
Recursos federais	170.527	(127.340)	43.187	170.527	(127.340)	43.187
Total	174.681	(131.245)	43.436	733.445	(689.991)	43.454

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	7.978	1.214
Passivo não circulante	-	1.977
Total	7.978	3.191

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2022			
Recursos estaduais	5.122	-	5.122
Recursos federais	42.519	(39.663)	2.856
Total	47.641	(39.663)	7.978
31 de dezembro de 2021			
Recursos estaduais	521	-	521
Recursos federais	42.333	(39.663)	2.670
Total	42.854	(39.663)	3.191

19. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contribuições normais –circulante	9.627	16.614
Obrigações de longo prazo – não circulante	44.296	112.764
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	53.923	129.378

(Despesas) receitas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Plano RP1 - Benefício Definido (BD)	(116)	95
Plano COPASA Saldado - Benefício Definido (BD)	(10.314)	(15.585)
COPASA Novo Plano - Contribuição Definida (CD)	(536)	(13)
Total	(10.966)	(15.503)

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	43.476	81.735
Ganhos (perdas) atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	(5.343)	(48.820)

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Ganho Bruto	Imposto	Ganho Líquido
Plano RP1 - Benefício Definido (BD)	(231)	78	(153)
Plano COPASA Saldado - Benefício Definido (BD)	66.339	(22.555)	43.784
COPASA Novo Plano - Contribuição Definida (CD)	(235)	80	(155)
	65.873	(22.397)	43.476
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Plano RP1 - Benefício Definido (BD)	(744)	253	(491)
Plano COPASA Saldado - Benefício Definido (BD)	125.505	(42.672)	82.833
COPASA Novo Plano - Contribuição Definida (CD)	(920)	313	(607)
	123.841	(42.106)	81.735

	2022	2021
	Ganho Bruto	Ganho Bruto
(Perdas) ganhos atuariais ⁽¹⁾	102.280	235.538
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(35.431)	(100.075)
Mudança no efeito do teto de ativo	(976)	8.660
Mudança no efeito da restrição da obrigação atuarial	-	(20.282)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	65.873	123.841

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2022 em comparação a 2021 (vide premissas atuariais abaixo).

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o COPASA Novo Plano-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes.

A estatística descritiva da massa populacional vinculada aos planos RP1-BD, COPASA Saldado-BD e COPASA Novo Plano-CD, em 31 de dezembro de 2022 é:

	RP1-BD	COPASA Saldado-BD	COPASA Novo Plano-CD
Participantes Ativos	74	690	9.063
Participantes Remidos	14	7	-
Participantes Assistidos	158	2.207	1.217
Pensionistas	148	658	73

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo COPASA Novo Plano-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(1.233.610)	(1.292.965)
Valor justo dos ativos do plano	1.251.249	1.235.203
Efeito do teto do ativo	(60.977)	(55.002)
Passivo líquido do plano	<u>(43.338)</u>	<u>(112.764)</u>

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	<u>2022</u>				<u>2021</u>
	<u>RP1-BD</u>	<u>COPASA Saldado-BD</u>	<u>COPASA Novo Plano-CD</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro	(57.120)	(1.229.434)	(6.411)	(1.292.965)	(1.503.950)
Custo do serviço corrente	(116)	-	(536)	(652)	(113)
Custo financeiro	(5.224)	(112.445)	(582)	(118.251)	(102.589)
Contribuições dos participantes do plano	(356)	-	(771)	(1.127)	(1.205)
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	2.727	100.946	(1.393)	102.280	235.538
Benefícios pagos pelo plano	3.208	75.982	130	79.320	80.528
Contribuições extraordinárias ativos	-	(1.173)	-	(1.173)	(264)
Contribuições extraordinárias assistidos	-	(1.041)	-	(1.041)	(910)
Valor presente das obrigações financiadas em 31 de dezembro	<u>(56.881)</u>	<u>(1.167.165)</u>	<u>(9.563)</u>	<u>(1.233.609)</u>	<u>(1.292.965)</u>

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2022 em comparação a 2021 (vide premissas atuariais abaixo)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	<u>2022</u>				<u>2021</u>
	<u>RP1-BD</u>	<u>COPASA Saldado-BD</u>	<u>COPASA Novo Plano-CD</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro	70.149	1.116.670	48.384	1.235.203	1.316.486
Retorno real sobre os ativos do plano	2.178	67.525	7.803	77.506	(10.594)
Contribuições do empregador	348	-	770	1.118	6.263
Contribuições dos empregados	356	-	771	1.127	1.205
Benefícios pagos	(3.208)	(75.981)	(130)	(79.319)	(80.528)
Contribuições extraordinárias ativos	-	1.173	-	1.173	264
Contribuições extraordinárias assistidos	-	1.041	-	1.041	910
Contribuições extraordinárias patrocinadora	-	13.399	-	13.399	1.197
Valor justo em 31 de dezembro	<u>69.823</u>	<u>1.123.827</u>	<u>57.598</u>	<u>1.251.248</u>	<u>1.235.203</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022				2021
	RP1-BD	COPASA Saldado-BD	COPASA Novo Plano-CD	Total	Total
Custo dos serviços correntes	(116)	-	(536)	(652)	(113)
Custo financeiro	(5.224)	(112.445)	(582)	(118.251)	(102.589)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	6.415	102.132	4.390	112.937	89.481
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(1.192)	-	(3.808)	(5.000)	(2.282)
Total	(117)	(10.313)	(536)	(10.966)	(15.503)

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações financiadas	(56.881)	(57.120)
Valor justo dos ativos do plano	69.823	70.149
Efeito do teto do ativo	(12.942)	(13.029)
Passivo líquido do plano	-	-

A movimentação na obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(57.120)	(67.483)
Custo do serviço corrente	(116)	(100)
Custo financeiro	(5.224)	(4.856)
Contribuições dos participantes do plano	(356)	(356)
Remensurações atuariais	2.727	12.144
Benefícios pagos pelo plano	3.208	3.531
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	(56.881)	(57.120)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	70.149	68.031
Retorno real sobre os ativos do plano	2.178	(36)
Contribuições do empregador	348	5.329
Contribuições dos empregados	356	356
Benefícios pagos	(3.208)	(3.531)
Valor justo em 31 de dezembro	69.823	70.149

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$375.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022	2021
Custo dos serviços correntes	(116)	(100)
Custo financeiro	(5.224)	(4.856)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	6.415	5.091
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(1.192)	(40)
Provisão para plano de benefícios	(117)	95

As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$117 (R\$95 de receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais” (R\$322 devedor em “despesas financeiras” e R\$417 credor em “outras despesas operacionais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.178 (negativo de R\$36 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa anual de desconto	11,68% a.a.	9,15% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,68% a.a.	9,15% a.a.
Aumento anual de salário	1,60% a.a.	1,60% a.a.
Taxa de inflação projetada	5,08% a.a.	3,83% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 2006	MI 2006
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2022.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de mortalidade	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(67.483)	(56.044)	(57.695)
Ativo justo	69.823	69.823	69.823
Superávit (déficit)	2.340	13.779	12.128
Variações			
Crescimento salarial	1,60%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(67.483)	(56.971)	(56.793)
Ativo justo	69.823	69.823	69.823
Superávit (déficit)	2.340	12.852	13.030
Variações			
Taxas de juros real	6,28%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(67.483)	(52.127)	(62.476)
Ativo justo	69.823	69.823	69.823
Superávit (déficit)	2.340	17.696	7.347
Variações	-	12,73%	10,63%

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações financiadas	(1.167.165)	(1.229.434)
Valor justo dos ativos do plano	1.123.827	1.116.670
Passivo líquido do plano	(43.338)	(112.764)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(1.229.434)	(1.426.043)
Custo financeiro	(112.445)	(97.105)
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	100.946	218.178
Benefícios pagos pelo plano	75.982	76.710
Contribuições extraordinárias ativos	(1.173)	(264)
Contribuições extraordinárias assistidos	(1.041)	(910)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	(1.167.165)	(1.229.434)

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2022 em comparação a 2021 (vide premissas atuariais abaixo).

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Em 1º de janeiro	1.116.670	1.202.163
Retorno real sobre os ativos do plano	67.525	(11.154)
Benefícios pagos	(75.981)	(76.710)
Contribuições extraordinárias ativos	1.173	264
Contribuições extraordinárias assistidos	1.041	910
Contribuições extraordinárias patrocinadora	13.399	1.197
Valor justo em 31 de dezembro	<u>1.123.827</u>	<u>1.116.670</u>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$3.289.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo financeiro	(112.445)	(97.105)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	102.132	81.520
Provisão para plano de benefícios	<u>(10.313)</u>	<u>(15.585)</u>

As despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$10.313 (R\$15.585 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais”.

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$67.525 (R\$11.154 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de desconto (nominal)	9,15% a a.	9,15% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,15% a a.	9,15% a.a.
Taxa de inflação projetada	5,08% a.a.	3,83% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2022.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb		
	<u>2015 M&F</u>	<u>Idade +1</u>	<u>Idade -1</u>
Obrigação atuarial	(1.167.165)	(1.147.483)	(1.186.261)
Ativo justo	1.123.827	1.123.827	1.123.827
Superávit (déficit)	<u>(43.338)</u>	<u>(23.656)</u>	<u>(62.434)</u>
Variações			
Taxas de juros real	6,30%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(1.167.165)	(1.071.561)	(1.279.153)
Ativo justo	1.123.827	1.123.827	1.123.827
Superávit (déficit)	<u>(43.338)</u>	<u>52.266</u>	<u>(155.326)</u>
Variações	-	12,75%	10,65%

3) COPASA Novo Plano-CD

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor presente das obrigações financiadas	(9.563)	(6.411)
Valor justo dos ativos do plano	57.598	48.384
Efeito do teto do ativo	(48.035)	(41.973)
Ativo / passivo líquido do plano	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação na obrigação durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Em 1º de janeiro	(6.411)	(10.424)
Custo do serviço corrente	(536)	(13)
Custo financeiro	(582)	(628)
Contribuições dos empregados	(771)	(849)
(Ganhos) perdas atuariais	(1.393)	5.216
Benefícios pagos pelo plano	130	287
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	(9.563)	(6.411)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Em 1º de janeiro	48.384	46.292
Retorno real sobre os ativos do plano	7.803	596
Contribuições do empregador	770	934
Contribuições dos empregados	771	849
Benefícios pagos	(130)	(287)
Valor justo em 31 de dezembro	57.598	48.384

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.173.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo dos serviços correntes	(536)	(13)
Custo financeiro	(582)	(628)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	4.390	2.870
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(3.808)	(2.242)
Provisão para plano de benefícios	(536)	(13)

As despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$536 (R\$13 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais”.

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$7.803 (R\$596 em 31 de dezembro de 2021).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de desconto (nominal)	11,71% a a.	9,07% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,71% a a.	9,07% a.a.
Taxa de inflação projetada	5,08% a.a.	3,83% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca D50%	Light fraca D50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M (A80%)	AT 49 M (A80%)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2022.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSSb		
	2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(9.563)	(9.077)	(10.004)
Ativo justo	57.599	57.599	57.599
Superávit (déficit)	48.036	48.522	47.595
Variações	-	-0,82%	0,74%
Taxas de juros real	6,30%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(9.563)	(8.937)	(10.266)
Ativo justo	57.599	57.599	57.599
Superávit (déficit)	48.036	48.662	47.333
Variações	-	12,76%	10,66%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

20. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$3.402.385, representado por 380.253.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações, e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

- Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais. No exercício de 2022, foi registrado no resultado, o valor de R\$2.407 (R\$1.182 no exercício de 2021), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 14), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

- Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, atualizada pela Lei nº 13.799 de 3 de janeiro de 2019, estabelece o direito ao incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração, às pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores prioritários da economia para o desenvolvimento regional e estejam situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG está presente em 640 municípios mineiros. Dentre os municípios atendidos pela COPASA MG, 168 municípios estão inseridos na área de atuação da SUDENE, conforme estabelece a Lei Complementar nº 125/2007.

Em 23 de dezembro de 2021, através do Laudo constitutivo no 227/2021 e em resposta a pleito da Companhia formalizado durante o exercício de 2021, a SUDENE aprovou o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O incentivo foi concedido por 10 anos, com fruição iniciando em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2030, para as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, enquadrada no setor de Infraestrutura, considerado prioritário para fins do desenvolvimento regional, conforme Decreto 4.213/2002.

Em 29 de dezembro de 2021, atendendo o disposto no art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/2002, a Companhia submeteu à Receita Federal do Brasil (RFB) o pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo nº 227/2021 e em 26/09/2022 foi publicado, pela Receita Federal do Brasil, no Diário Oficial o Ato Declaratório Executivo nº 103/2022 que declara a redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados, com base no Lucro da Exploração, são registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é destinada à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. No exercício de 2022, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo expedido pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, no valor de R\$16.577 (R\$ 11.657 no exercício de 2021). Adicionalmente, em 2022, após revisão dos procedimentos adotados em 2021 foi realizado ajuste da reserva de incentivo fiscal SUDENE, no valor de R\$1.696, tendo como contrapartida a Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$391.149 (R\$215.273 em 2021) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

O saldo acumulado das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022, exceto reservas de incentivos fiscais, considerando a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do referido exercício social, está superior ao capital social. Após a Assembleia Geral Ordinária (AGO), e quando possível, visando enquadrar a Companhia ao limite do artigo 199 da Lei nº 6.404/1976 e às disposições estatutárias, a Administração da Companhia proporá a realização de nova Assembleia Geral para deliberar sobre esse assunto.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 19). Em 31 de dezembro de 2022, essa conta totaliza o saldo credor de R\$5.343 (R\$48.820 devedor em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta conta totaliza zero (R\$2.873 em 31 de dezembro de 2021), tendo ocorrido o encerramento das atividades operacionais da sociedade e iniciado o processo de devolução do capital investido pela Companhia (Nota Explicativa 22.3).
- (iii) Correção monetária sobre ativos 96/97, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$9.468 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$9.512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).
- (d) Remuneração aos acionistas

Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A Política de Dividendos da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 07 de maio de 2018, estabelece o que se segue quanto à declaração de Dividendos Regulares.

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na AGO.

Em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração aprovou a alteração no percentual de Dividendos Regulares do exercício de 2022, que passa a corresponder a 50% (cinquenta por cento) do lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP e/ou dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	843.362	537.587
Reserva legal - (5%)	(42.168)	(26.879)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(2.407)	(1.182)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(16.577)	(11.657)
Lucro disponível para distribuição	<u>782.210</u>	<u>497.869</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>195.553</u>	<u>124.467</u>

Referente aos 3 (três) primeiros trimestres de 2022, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$145.732, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 1T22	RCA 17/03/2022	22/03/2022	33.871	16/05/2022
JCP 2T22	RCA 15/06/2022	21/06/2022	53.137	12/08/2022
JCP 3T22	RCA 15/09/2022	20/09/2022	58.724	14/11/2022
Total			145.732	

Adicionalmente, em 17 de março de 2023 foram declarados os JCP do 4º trimestre de 2022 no valor de R\$245.373, conforme tabela a seguir:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 4T22	RCA 17/03/2023	22/03/2023	245.373	A ser definida na AGO

Desta forma, o valor dos JCPs de 2022 totalizou R\$391.105, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	265	72.270
Juros sobre o capital próprio propostos	391.105	225.300
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(23.576)	(14.565)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(136.141)	(282.747)
Dividendos propostos	-	57.380
Dividendos pagos	-	(57.373)
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	231.653	265

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76 o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora
	2022
Reserva Legal	42.168
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	2.407
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	16.577
Realização da correção monetária de ativos	(44)
Remuneração aos Acionistas	391.105
Reserva de Lucros Retidos	391.149
Lucro Líquido	843.362

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta Nota Explicativa).

	Controladora/Consolidado	
	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	843.362	537.587
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	2,22	1,42

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

21. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos. A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
Receita operacional bruta	3.964.647	2.004.617	2.406	758.074	6.729.744
Tributos sobre vendas	(367.014)	(185.568)	(307)	-	(552.889)
Receita operacional líquida	3.597.633	1.819.049	2.099	758.074	6.176.855
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.755.781)	(1.393.389)	-	(758.074)	(4.907.244)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	841.852	425.660	2.099	-	1.269.611
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas					(17.275)
Resultado financeiro, líquido					(206.382)
Lucro operacional antes dos impostos					1.045.954
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021					
Receita operacional bruta	3.732.258	2.021.020	2.581	671.542	6.427.401
Tributos sobre vendas	(345.408)	(186.967)	(316)	-	(532.691)
Receita operacional líquida	3.386.850	1.834.053	2.265	671.542	5.894.710
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.695.955)	(1.459.919)	-	(671.542)	(4.827.416)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	690.895	374.134	2.265	-	1.067.294
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(220.538)
Resultado financeiro, líquido					(192.307)
Lucro operacional antes dos impostos					654.449

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

Exercício findo em 31 de dezembro de:	Consolidado			
	2022			2021
	Amortização	Depreciação	Total	Total
Serviços de água	153.212	69.869	223.081	255.904
Serviços de esgoto	292.111	27.829	319.940	340.772
Outros imobilizados	155.387	31.725	187.112	151.976
Total	600.710	129.423	730.133	748.652

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	758.074	671.542
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(758.074)	(671.542)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Intangível:		
Serviços de água	1.490.363	1.568.591
Serviços de esgoto	3.400.753	3.539.354
Outros intangíveis	612.788	583.322
Total do intangível	5.503.904	5.691.267
Imobilizado:		
Serviços de água	928.182	966.461
Serviços de esgoto	251.488	279.287
Outros imobilizados	287.348	227.785
Total do intangível	1.467.018	1.473.533

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

22. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 5 anos, complementado por projeção econômico-financeira em um horizonte de tempo 30 anos, e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

22.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento na Sociedade de Propósito Específico - SPE GS Inima Industrial Jeceaba S/A, contabilizado como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA MG possuía 95,25% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 4,75% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2022. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluída provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
<u>Em Moeda Nacional:</u>							
Financiamentos - FGTS	- ⁽¹⁾	8,50%	TR	16/08/2042	713.095	714.755	17,2%
Empréstimos	15/01/2008	1,55% a 1,73%	TJLP	15/05/2025	57.819	58.009	1,4%
Finame	28/03/2011	2,5% a 8,7%	-	15/01/2025	7.496	7.513	0,2%
Debêntures - 5ª Emissão							
Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	152.741	154.146	3,7%
Debêntures - 8ª Emissão							
1ª Série	15/06/2015	1,87%	TJLP	15/06/2028	45.146	45.298	1,1%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	26.915	27.008	0,6%
Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série	15/01/2017	2,62%	TJLP	15/01/2031	113.873	114.292	2,7%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	63.212	63.446	1,5%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
1ª Série	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	122.312	125.126	3,0%
2ª Série	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	92.085	94.289	2,3%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão							
2ª Série	15/07/2018	110%	CDI	15/07/2023	270.000	287.994	6,9%
3ª Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	85.866	88.392	2,1%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série	15/06/2019	106,15%	CDI	15/06/2024	28.363	28.532	0,7%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	153.870	154.153	3,7%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão							
Série única	16/12/2020	1,75%	CDI	16/12/2025	461.539	464.207	11,2%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão							
1ª Série	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	265.503	269.454	6,5%
2ª Série	15/09/2021	1,3%	CDI	15/09/2026	506.193	509.315	12,2%
Debêntures de Mercado - 17ª Emissão							
Série única	16/12/2022	1,30%	CDI	16/12/2029	750.000	753.362	18,1%
Total						3.959.291	

(1) Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma eventual mudança em variáveis de mercado nos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Nessa análise, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação seria afetado conforme cenários demonstrados a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP	216.838	6,95%	8,69%	5,21%	10,43%	3,48%
Varição do Principal		15.070	18.838	11.302	22.605	7.535
IPCA	809.763	5,31%	6,64%	3,98%	7,97%	2,66%
Varição do Principal		42.999	53.748	32.249	64.498	21.499
CDI	2.016.095	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%	6,13%
Varição do Principal		246.972	308.714	185.229	370.457	123.486
TR	865.836	1,63%	2,03%	1,22%	2,44%	0,81%
Varição do Principal		14.078	17.598	10.559	21.117	7.039
Spread Fixo - Euribor	55.694	1,67%	2,09%	1,25%	2,51%	0,84%
Varição do Principal		931	1.164	698	1.397	466
Spread Fixo	151.027	-	-	-	-	-
Sem Impacto		-	-	-	-	-
Total	4.115.253	320.050	400.062	240.037	480.074	160.025

(i) Principal em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Fontes dos índices:

TJLP projetada conforme portal Economia em Dia - Bradesco - dezembro de 2022.

IPCA e CDI projetados conforme Boletim Focus do Banco Central do Brasil - 30 de dezembro de 2022.

TR acumulada dos últimos 12 meses conforme Banco Central do Brasil.

Para variação cambial ver item "Sensibilidade à taxa de câmbio" abaixo.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa		Término do Contrato	Saldo Devedor (Principal)	Saldo Devedor (incluído juros)	%
		Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)				
Financiamento	13/12/2019	0,55%	Euro + Euribor	20/09/2033	55.694	55.717	1,3%
Financiamento	29/11/2011	2,07%	Euro	20/12/2023	61.887	61.923	1,5%
Financiamento	13/12/2018	1,41%	Euro	15/05/2034	81.645	81.772	2,0%
Total					199.226	199.412	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para as operações com o Banco KfW, banco alemão de fomento, e o Banco Europeu de Investimento, BEI, cujos os saldos devedores de principal eram de €25.772 mil (equivalente a R\$143.532 mil) e €10.000 mil (equivalente a R\$55.694 mil), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022, não há mecanismo de *hedge* contratado.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor em moeda estrangeira dos empréstimos e financiamentos. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2022

Saldo de principal (em mil euros)

Saldo de principal

Financiamento

€35.772

199.226

Cenários em relação ao saldo devedor

Provável (Projeção)

Queda de 25% no euro

Queda 50% no euro

Acréscimo 25% no euro

Acréscimo 50% no euro

Ganho (perda)

Financiamento

(1.810)

49.807

99.613

(49.807)

(99.613)

Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Bradesco 21 de dezembro de 2022.

<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado de contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda de crédito esperada com clientes está na Nota Explicativa 3.4.2.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, Fitch e S&P)				
AAA	885.358	461.937	893.356	462.022
AA	7	478.667	118	478.706
A	318.774	247.274	341.614	265.625
BBB	1	204.870	1	216.381
Total	1.204.140	1.392.748	1.235.089	1.422.734

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de depósitos bancários de curto prazo (Nota Explicativa 06 (a))	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 08)	71.706	77.228	71.706	77.228
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 08)	61.033	65.853	61.033	65.853

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2022			
		Entre 01 e	Entre 03 e 05	Acima de 05
	Até 01 ano	03 anos	anos	anos
Amortização	901.915	1.286.997	790.086	1.136.255
Juros	399.978	555.081	309.257	302.197
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.301.893	1.842.078	1.099.343	1.438.452
Parceria Público Privada ⁽¹⁾	36.792	121.433	85.378	-
Obrigações - arrendamento mercantil	35.112	28.352	42.445	-
Fornecedores	289.620	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Rio Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2022				
	Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
	Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.660	setembro-31
	PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.010	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$7.823	setembro-31
	Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.268	junho-35
	Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$558	maio-36
	Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$3.835	outubro-37
	Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.676	fevereiro-38
	Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.585	março-39
	Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.895	agosto-41
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$63.181	junho-23
	Financiamentos (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$17.226	maio-25
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$31.135	junho-28
Financiamentos e Debêntures	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.500	janeiro-31
Financiamentos e Debêntures	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$31.456	dezembro-23
Parceria Público Privada	PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$10.399	dezembro-28
Financiamentos e Debêntures	Finame	Vinculação de 130% da PMT dos contratos.	R\$1.174	janeiro-25
Total de Receita Vinculada			R\$191.381	

22.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido. A Companhia monitora ainda os seus indicadores econômico-financeiros em conexão com o definido no Estatuto Social, onde:

- o endividamento líquido consolidado da COPASA MG deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA;

- as Exigibilidades Totais da COPASA MG devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
- o EBITDA da COPASA MG deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

22.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

Refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A (antiga BRK Ambiental – Jeceaba S/A), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	31/12/2022	31/12/2021
Investimento GS Inima Industrial Jeceaba S/A	620	26.153

A Companhia, desde 11 de janeiro de 2011, tem participação acionária de 15,5% na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A, posicionados em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$620. Os outros 84,5% são de participação da GS Inima Industrial.

O término da referida Sociedade (SPE) foi previsto para janeiro de 2026, no entanto, a empresa Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, em setembro de 2021, exerceu seu direito contratual de compra dos ativos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A (resilição imotivada), no valor de R\$448.255.

Assim, a empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A encerrou suas operações e o valor do investimento, em dezembro de 2022, foi ajustado considerando a expectativa de fluxo de caixa futuro. A COPASA MG estuda sua retirada da sociedade e fará o devido reconhecimento em suas demonstrações financeiras quando do efetivo recebimento de sua participação acionária, respeitadas as regras contábeis.

No período de 2011 a 2022, a Companhia recebeu R\$121.699 a título de distribuição de lucros, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram recebidos R\$5.239 (R\$52.614 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) registrados em “Receitas financeiras” no Resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor do investimento foi reduzido por mudança no ativo financeiro a valor justo no montante de R\$4.353, sendo R\$2.873 reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, e R\$1.480 como redução do IRPJ e CSLL diferidos passivos. Adicionalmente, foram recebidos R\$21.180 a título de redução de capital ocorrida na investida, conforme deliberado em outubro de 2022 pela Assembleia Geral da GS Inima Industrial Jeceaba S/A.

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Empréstimos e financiamentos	976.937	953.664	1.068.394	1.040.412
Debêntures simples	3.162.983	3.159.675	2.916.950	2.900.441
Total	4.139.920	4.113.339	3.985.344	3.940.853

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Controladora / Consolidado				
Linhas	Taxa contratual	Período em meses	Taxa de mercado	Observações
Financiamento	7,74%	157	8,50%	Cotação da taxa em dezembro de 2022
Financiamento	7,64%	17	8,70%	Cotação da taxa em dezembro de 2022
FINAME	5,53%	25	12,93%	Cotação da taxa FINAME dezembro de 2022
Debêntures simples	12,20%	57	12,58%	Cotação taxas Debêntures dezembro de 2022
Financiamento	1,69%	138	1,41%	Cotação taxa em dezembro de 2022
Financiamento	2,22%	131	2,22%	Cotação taxa em dezembro de 2022

23. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Ativo

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Controladora:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.091.080	-	1.091.080	1.279.469	-	1.279.469
Contas a receber de clientes	1.075.072	-	1.075.072	1.026.364	-	1.026.364
Bancos e aplicações de convênios	11.791	-	11.791	3.273	-	3.273
Aplicações financeiras vinculada	71.706	-	71.706	77.228	-	77.228
Ativos financeiros de concessões	850.980	-	850.980	733.328	-	733.328
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	620	620	-	26.153	26.153
Demais contas a receber	136.153	-	136.153	144.679	-	144.679
Total	3.236.782	620	3.237.402	3.264.341	26.153	3.290.494
Consolidado:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.122.299	-	1.122.299	1.309.721	-	1.309.721
Contas a receber de clientes	1.086.570	-	1.086.570	1.037.548	-	1.037.548
Bancos e aplicações de convênios	11.842	-	11.842	3.320	-	3.320
Aplicações financeiras vinculada	71.706	-	71.706	77.228	-	77.228
Ativos financeiros de concessões	866.032	-	866.032	752.253	-	752.253
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	620	620	-	26.153	26.153
Demais contas a receber	131.096	-	131.096	140.897	-	140.897
Total	3.289.545	620	3.290.165	3.320.967	26.153	3.347.120

(b) Passivo

	31/12/2022		31/12/2021	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Controladora:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.139.920	4.139.920	3.985.344	3.985.344
Fornecedores	289.620	289.620	287.977	287.977
Arrendamento Mercantil	105.909	105.909	75.639	75.639
Parceria Público Privada	243.603	243.603	260.985	260.985
Total	4.779.052	4.779.052	4.609.945	4.609.945
Consolidado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.139.920	4.139.920	3.985.344	3.985.344
Fornecedores	298.595	298.595	307.967	307.967
Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	105.916	105.916	75.642	75.642
Parceria Público Privada	243.603	243.603	260.985	260.985
Total	4.788.034	4.788.034	4.629.938	4.629.938

⁽¹⁾ Em relação ao arrendamento mercantil consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a amortização e os juros foram de R\$39.856 e R\$9.767, respectivamente (R\$32.699 e R\$4.693 respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). No período de três meses findo em 31 de dezembro de 2022, a amortização e os juros foram de R\$11.445 e R\$2.112, respectivamente (R\$7.313 e R\$1.115 respectivamente, no período de três meses findo em 31 de dezembro de 2021).

24. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	31/12/2022			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	19.870	1	12
Valores a faturar	-	11.192	1	6
Convênios	-	366	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	5.342	-	-	-
Total do ativo	5.342	31.428	2	18
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	5.122	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	9.627
Programa de saúde	-	-	11.049	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	44.296
Total do passivo	-	5.122	11.049	53.923

	Controladora			
	31/12/2022			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
ESTADO MG		COPASS	LIBERTAS	
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	155.468	8	196
Programa de seguridade	-	-	-	(51.025)
Programa de saúde	-	-	(101.555)	-
	Controladora			
	31/12/2021			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	20.232	1	14
Valores a faturar	-	10.248	1	7
Convênios	-	249	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	4.067	-	-	-
Total do ativo	4.067	30.729	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	521	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	16.614
Programa de saúde	-	-	10.479	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	112.764
Total do passivo	-	521	10.479	129.378
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	122.306	6	158
Programa de seguridade	-	-	-	(55.155)
Programa de saúde	-	-	(103.747)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2022	2021
Remuneração	5.944	6.017
Benefícios:		
Alimentação	87	75
Saúde	85	92
Benefício pós-emprego	303	281
Total	6.419	6.465

24.1 Natureza das operações com partes relacionadas

- Estado de Minas Gerais

(a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

(b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$196.183 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) (R\$113.055 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e R\$28.794 de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

O contrato abaixo relacionado descreve garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto desse contrato é de R\$143.685 (R\$174.155 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

(f) Lei nº 23.830/2021

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado (AGE), naquela data, Ofício informando da aprovação de Projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – posteriormente sancionado, tornando-se a Lei Estadual nº 23.830/21 de 28 de julho de 2021 –, autorizando suplementação orçamentária e inversão de capital nessa Companhia, no montante de R\$2,05 bilhões, para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A. A este respeito, vide Nota Explicativa 34(c) - Eventos Subsequentes.

• **COPANOR**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

• **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 19).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

Em 2019, foi celebrado acordo de cooperação visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, sendo que em outubro de 2021 o referido empregado foi desligado da COPASA, pelo Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, não havendo gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$291 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação celebrados em 23 de março de 2022 e 20 de julho de 2022 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a COPASA MG referente a esta cessão, no exercício de 2022 foram de R\$ 1.355 (R\$ 1.304 em 2021).

25. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	436.621	15
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	5.959	13

26. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária contrataram apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções.

Em 04 de agosto de 2022, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

27. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros capitalizados (Nota Explicativa 10)	77.627	43.913	77.627	43.913
Adições de arrendamento mercantil	41.854	40.018	41.936	40.053

28. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de prestação de serviço de água	3.925.082	3.697.410	3.964.647	3.732.258
Receita de prestação de serviço de esgoto	1.992.070	2.010.268	2.004.617	2.021.020
Resíduos sólidos	2.406	2.581	2.406	2.581
Receita de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Total receita bruta	6.660.592	6.358.667	6.729.744	6.427.401
Tributos sobre vendas	(548.069)	(528.473)	(552.889)	(532.691)
Receita líquida	6.112.523	5.830.194	6.176.855	5.894.710
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	3.473.639	3.276.054	3.508.496	3.306.865
Receita direta de esgoto	1.800.694	1.815.534	1.812.079	1.825.291
Resíduos sólidos	2.099	2.265	2.099	2.265
Total receita direta	5.276.432	5.093.853	5.322.674	5.134.421
Receita indireta de água	88.088	79.171	89.137	79.985
Receita indireta de esgoto	6.969	8.762	6.970	8.762
Total receita indireta	95.057	87.933	96.107	88.747
Receita de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Total da receita líquida	6.112.523	5.830.194	6.176.855	5.894.710

29. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos operacionais				
Pessoal	784.853	873.523	801.287	887.934
Custos previdenciários	169.572	165.181	172.702	168.394
Custos de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Materiais gerais	114.937	98.391	120.138	101.744
Materiais de tratamento	114.667	82.308	117.969	84.079
Serviços de terceiros	544.068	428.413	548.186	431.870
Energia elétrica	517.971	554.521	528.952	566.533
Despesas gerais	219.305	191.518	220.927	192.425
Depreciação e amortização	653.960	692.599	662.918	699.762
(-) Créditos tributários	(68.875)	(57.484)	(69.733)	(58.792)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	-	-	(81)	-
	3.791.492	3.677.378	3.861.339	3.745.491

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com vendas				
Pessoal	183.212	164.715	183.593	164.987
Custos previdenciários	34.044	27.662	34.115	27.719
Materiais gerais	4.895	4.830	4.908	4.843
Materiais de tratamento	30	43	30	43
Serviços de terceiros	28.685	20.655	30.168	22.061
Energia elétrica	2.214	2.361	2.214	2.361
Despesas gerais	727	1.293	750	1.300
Depreciação e amortização	6.944	6.654	6.950	6.656
	260.751	228.213	262.728	229.970
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	201.935	221.416	206.215	226.153
Despesas administrativas				
Pessoal	280.773	362.294	281.772	363.190
Custos previdenciários	43.008	51.004	43.185	51.092
Materiais gerais	5.774	4.875	5.987	4.915
Materiais de tratamento	35	70	35	70
Serviços de terceiros	146.782	125.261	148.528	127.306
Energia elétrica	3.049	3.482	3.284	3.716
Despesas gerais	34.129	31.481	34.302	31.662
Depreciação e amortização	60.227	42.203	60.265	42.234
Provisão para perdas de materiais obsoletos	(403)	1.544	(396)	1.617
	573.374	622.214	576.962	625.802
Custos e despesas				
Pessoal (Nota 30)	1.248.838	1.400.532	1.266.652	1.416.111
Custos previdenciários (Nota 30)	246.624	243.847	250.002	247.205
Custos de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Materiais gerais	125.606	108.096	131.033	111.502
Materiais de tratamento	114.732	82.421	118.034	84.192
Serviços de terceiros	719.535	574.329	726.882	581.237
Energia elétrica	523.234	560.364	534.450	572.610
Despesas gerais	254.161	224.292	255.979	225.387
Depreciação e amortização	721.131	741.456	730.133	748.652
(-) Créditos tributários	(68.875)	(57.484)	(69.733)	(58.792)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	(403)	1.544	(477)	1.617
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	201.935	221.416	206.215	226.153
Total	4.827.552	4.749.221	4.907.244	4.827.416
Detalhamento dos custos de construção:				
Salários e encargos	40.624	43.697	40.624	43.697
Materiais	52.657	69.949	54.705	71.375
Equipamentos	21.538	16.072	23.947	24.810
Serviços de terceiros	568.514	479.846	581.096	492.816
Custos de financiamentos	55.170	38.134	55.171	38.134
Outros	2.531	710	2.531	710
Total dos custos de construção	741.034	648.408	758.074	671.542

30. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários	781.724	784.873	793.955	796.412
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-	152.171	-	152.171
Custos previdenciários	246.624	243.847	250.002	247.205
FGTS	65.869	65.142	66.703	65.974
Contribuição para plano de pensão	51.025	55.155	51.025	55.155
Programa de alimentação	186.397	184.337	190.121	186.678
Programa de saúde	101.555	103.747	102.385	104.452
Participação dos empregados nos lucros	38.003	33.295	38.004	33.295
Outros benefícios	24.265	21.812	24.459	21.974
Total (Nota 29)	1.495.462	1.644.379	1.516.654	1.663.316
Pessoal (Nota 29)	1.248.838	1.400.532	1.266.652	1.416.111
Custos previdenciários (Nota 29)	246.624	243.847	250.002	247.205

31. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversão de provisão não dedutível	62.031	33.650	62.031	34.097
Recuperação de contas baixadas	42.798	64.628	44.582	65.854
Alienação bens imobilizados	4.481	5.006	4.481	5.006
Outras receitas	25.707	74.096	25.774	74.228
Total outras receitas operacionais	135.017	177.380	136.868	179.185

As outras despesas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de demandas judiciais (Nota Explicativa 16)	12.226	287.245	11.054	288.191
Taxa da ARSAE	53.060	42.949	54.019	43.725
Despesas com preservação ambiental	20.686	26.184	20.686	26.184
Impostos e tributos	15.553	8.382	15.781	9.551
Passivo atuarial	10.806	12.713	10.806	12.713
Outras	38.981	19.158	41.797	19.359
Total outras despesas operacionais	151.312	396.631	154.143	399.723

32. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros ativos	47.783	46.507	48.423	47.128
Rendimentos com aplicações financeiras	86.368	47.839	90.626	49.279
Receita de variação monetária e cambial	78.858	42.416	78.915	42.459
Receita de ativos financeiros/outros	67.201	157.890	67.757	158.283
Tributos sobre receita financeira	(7.609)	(9.485)	(7.846)	(9.596)
Total de receita	272.601	285.167	277.875	287.553
Encargos sobre financiamentos e provisões judiciais ⁽¹⁾	(326.687)	(306.599)	(326.761)	(306.600)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(157.209)	(172.330)	(157.209)	(172.330)
Outras despesas	(264)	(820)	(287)	(930)
Total de despesa	(484.160)	(479.749)	(484.257)	(479.860)
Resultado financeiro	(211.559)	(194.582)	(206.382)	(192.307)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022 não houve encargos sobre financiamento da Libertas (R\$122 em 31 de dezembro de 2021).
Estão incluídos juros sobre processos judiciais no valor de R\$16.684.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2022 não há despesas de variação monetária da Libertas (R\$200 em 31 de dezembro de 2021).
Está incluída variação monetária sobre processos judiciais trabalhistas, conforme Nota Explicativa 16 (a) ii.

33. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

34. Eventos Subsequentes

a) Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 e 885, a respeito do limite da coisa julgada em âmbito tributário na hipótese de o contribuinte ter, em seu favor, decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária. Na ocasião, o Plenário do STF concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” perdem seus efeitos se, posteriormente, o STF conceber entendimento diverso sobre o tema.

A Administração da Companhia avaliou o conteúdo e os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a mesma não resulta em impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Não há procedimentos de recolhimentos de tributos em desconformidade com a Lei, tampouco processos tributários correlatos em andamento. Portanto, a Companhia não é afetada pelo julgado do STF.

b) Revisão da Política de Dividendos

Em 24 de fevereiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela alteração na Política de Dividendos da Companhia, que será submetida à apreciação de Assembleia Geral Extraordinária, a ser oportunamente convocada.

Para os Dividendos Regulares a proposta é pela manutenção da forma de distribuição atualmente praticada, conforme segue:

- Os Dividendos Regulares serão sob a forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP).
- Os JCP declarados serão considerados como dividendo mínimo legal obrigatório.
- O percentual do Lucro Líquido Ajustado (Lucro Líquido após diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei Federal n.º 6.404/1976) a ser distribuído sob

a forma de Dividendos Regulares será definido quando da aprovação, pelo Conselho de Administração, do orçamento empresarial do exercício social, sempre observando os seguintes parâmetros: i) o mínimo legal obrigatório; ii) o limite máximo de 50% (cinquenta por cento).

- A declaração de Dividendos Regulares, cuja competência é do Conselho de Administração, deverá ocorrer trimestralmente, sendo que o pagamento será realizado em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da declaração, exceto os valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício.

Para os Dividendos Extraordinários, poderá haver distribuições destes, conforme análise do Conselho de Administração, e observado o seguinte:

- As diretrizes gerais compreendendo (i) a observância ao interesse público que justificou a criação da COPASA MG; e (ii) a garantia de recursos, em seu Plano de Investimentos, para atendimento ao estabelecido na Lei Federal n.º 11.445/2007 e na Lei Federal n.º 14.026/2020, em especial, quanto à universalização dos serviços de saneamento básico e as demais metas qualitativas e quantitativas estabelecidas.
- As restrições legais, regulatórias, estatutárias, financeiras, bem como os *covenants*.

c) Repasse de valor para execução de obras – resiliência hídrica

Em 28 de fevereiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado, e em continuidade a Fato Relevante divulgado em 14 de julho de 2021, a Companhia comunicou que recebeu na referida data, do seu acionista controlador Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, ofício informando que, no tocante às obras previstas para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, contidas na Lei Estadual nº 23.830 de 28 de julho de 2021, foi deliberado pelo acionista controlador que o repasse dos valores destinados à execução das obras se dará de forma não onerosa e, conseqüentemente, não será realizado aporte de capital na Companhia.